

LEI Nº 22.236, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Declara de utilidade pública a Associação Itabirana do Cavalo do Trabalho – AICT –, com sede no Município de Itabira.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Itabirana do Cavalo do Trabalho – AICT –, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 20 de julho de 2016; 228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

LEI Nº 22.237, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Serrinha, com sede no Município de Lavras.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária da Serrinha, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 20 de julho de 2016; 228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

LEI Nº 22.238, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Água Branca, com sede no Município de Porteirinha.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Água Branca, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 20 de julho de 2016; 228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

LEI Nº 22.239, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Soim II, com sede no Município de Porteirinha.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Córrego do Soim II, com sede no Município de Porteirinha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 20 de julho de 2016; 228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

20 860364 - 1

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA GOVERNADORIA DO ESTADO

Pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - CONSEA-MG

designa, nos termos do art. 13 da Lei nº 15.982, de 19 de janeiro de 2006, e do art. 17 do Decreto nº 44.355, de 19 de julho de 2006, **NEIVALDO DE LIMA VIRGÍLIO** para Secretário-Geral do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - CONSEA-MG.

PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no exercício da competência prevista no art. 90, inciso XXV, da Constituição do Estado, acolhendo os fundamentos apresentados na Nota Jurídica CJ/NAJ nº 614/2016 da Advocacia Geral do Estado, **nega provimento** ao pedido apresentado pelo 3º Sgt PM do QOR, **PEDRO DE SOUZA GOMES**, matrícula nº 087.167-3, referente ao reconhecimento e homologação de sua participação no Curso Especial de Formação de Sargentos do ano de 2013.

no uso da atribuição que lhe confere o inc. III, do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista a exclusão de ABLIENE MOYZES DA SILVA PAZ FURLANETTO do polo ativo do mandado de segurança nº 1.0000.16.030613-0/000, **ANULA** o ato de nomeação da candidata abaixo relacionada, aprovada no concurso público de que trata o edital SEPLAG/PMMG nº 06/2014, para o cargo de provimento efetivo da unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG, publicado no Minas Gerais de 06 de julho de 2016.

| COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR: UBERLÂNDIA |  |            |
|---|--|------------|
| PEB PM SÉRIES INICIAIS - PCD                      |  |            |
| CLASSIFICAÇÃO                                     | NOME                                   | IDENTIDADE |
| 1º  | ABLIENE MOYZES DA SILVA PAZ FURLANETTO | M7529251   |

PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no exercício da competência prevista no art. 90, inciso II, da Constituição do Estado, acolhendo os fundamentos apresentados na Nota Jurídica CJ/NAJ nº 840/2016 da Advocacia-Geral do Estado, **nega provimento ao pedido de reconsideração** aviado por **CARLOS ROBERTO CAMILO**, Masp 900.145-4, mantendo o ato de cassação de aposentadoria publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de maio de 2016, em virtude da prática de transgressões disciplinares previstas no art. 216, inciso V, art. 217, incisos IV e X c/c art. 250, inciso VI, todos da Lei nº 869, de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de MG.

no exercício da competência prevista no art. 90, II, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 161 da Lei 5.406, de 16 de dezembro de 1969, bem como o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 184.170/2013, instaurado pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil, acolhendo os fundamentos da Nota Jurídica CJ/NAJ nº 610/2015 da Advocacia Geral do Estado e do Parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil, **cassa a aposentadoria** do Perito Criminal **DÉCIO SANGIORGE**, Masp. 275.713-6, em razão da prática das transgressões disciplinares elencadas nos art. 144, inciso III; c/c art. 149 e art. 158, inciso VI c/c art. 160, inciso I, todos da Lei nº 5.406/1969.

no exercício da competência prevista no art. 90, II, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 161 da Lei 5.406, de 16 de dezembro de 1969, bem como o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 110.372/2012, instaurado pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil, acolhendo os fundamentos da Nota Jurídica CJ/NAJ nº 802/2016 da Advocacia Geral do Estado e do Parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil, **cassa a aposentadoria** do Investigador de Polícia II, Nível II, **ELIAS BALDELLI JUNIOR**, Masp 346.186-0, em razão da prática das transgressões disciplinares elencadas nos artigos 150, VI, VIII, XV, XXIII, XXV, XXX, XXXIV e 149, além da inobservância do princípio constante no artigo 144, III, as quais são classificadas como graves, na forma do artigo 151, III c/c artigo 152, §2º, II, III e IV, todos da Lei nº 5.406, de 1969.

no exercício da competência prevista no art. 90, II, da Constituição do Estado, tendo em vista o art. 161, I, da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969, e observado o artigo 116 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, bem como o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 110.372/2012, instaurado pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil, acolhendo os fundamentos da Nota Jurídica CJ/NAJ nº 802/2016 da Advocacia Geral do Estado e do Parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil, **demite** o Investigador de Polícia II, Nível T,

**RODRIGO FERNANDES DE SOUZA**, Masp 341.980-1, em razão da prática de transgressões disciplinares previstas nos artigos 150, VI, VIII, XV, XXIII, XXV, XXX, XXXIV e 149, além da inobservância do princípio constante no artigo 144, III, as quais são classificadas como graves, na forma do artigo 151, III c/c artigo 152, §2º, II, III e IV, todos da Lei nº 5.406, de 1969.

no exercício da competência prevista no art. 90, II, da Constituição do Estado, tendo em vista o art. 161, I, da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969, e observado o artigo 116 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, bem como o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº 110.372/2012, instaurado pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil, acolhendo os fundamentos da Nota Jurídica CJ/NAJ nº 802/2016 da Advocacia Geral do Estado e do Parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil, **demite** o Investigador de Polícia II, Nível III, **ALEXANDRE ALVES DA ROCHA**, Masp 341.338-2, em razão da prática de transgressões disciplinares previstas nos artigos 150, VI, VIII, XV, XXIII, XXV, XXX, XXXIV e 149, além da inobservância do princípio constante no artigo 144, III, as quais são classificadas como graves, na forma do artigo 151, III c/c artigo 152, §2º, II, III e IV, todos da Lei nº 5.406, de 1969.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH

**reconduz**, nos termos do art. 4º do Decreto nº 32.880, de 11 de setembro de 1991, com nova redação dada pelos Decretos nº 33.385, de 21 de fevereiro de 1992, e nº 41.032, de 5 de maio de 2000, e do art. 8º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, os representantes abaixo relacionados como membros junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH: Pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG: Titular: ROBSON SÁVIO REIS SOUZA; Suplente: ARY FERNANDO RODRIGUES NASCIMENTO.

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

usando da competência delegada pelo art. 1º, VI, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, **ANA LÚCIA PEREIRA JOSÉ**, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 VH1100784, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Logística e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

usando da competência delegada pelo art. 1º, I, do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009, **coloca**, nos termos do art. 72 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, a servidora abaixo relacionada lotada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão à disposição da ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, de 27/06/2016 a 31/12/2016, sem ônus para o órgão de origem: VALERIA APARECIDA DE ARAUJO PINTO, MASP 906108-6, OFICIAL DE SERVICOS OPERACIONAIS, OSO.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

no uso de suas atribuições, **torna sem efeito** o ato publicado em 14/07/2016, pelo qual **rita de cassia santana BOTELHO**, MASP 278160-7, foi dispensada da função gratificada FGD-5 ED1100124 da Secretaria de Estado de Educação.

20 860385 - 1

Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais

Secretário: Marco Antônio Rezende Teixeira

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Diretor-Geral: Eugênio Ferraz

ATOS DA DIRETORA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

FÉRIAS PRÊMIO - AFASTAMENTO

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, de acordo com a Resolução SEPLAG nº 22, de 25-04-03, aos servidores:

ELIZABETE AVELINO ANTÔNIO, Masp 1045358-7, 01 (um) mês, a partir de 22-08-16, referente ao 5ºquinquênio; JOSE DE SOUZA PERES, Masp 1045419-7, 01 (um) mês, a partir de 01-08-16, referente ao 4ºquinquênio; MARCELO INCALADO DOS SANTOS, Masp 277700-1, 01 (um) mês, a partir de 01-08-16, referente ao 5ºquinquênio; PAULO CESAR DA SILVA, Masp 292562-6, 01 (um) mês, a partir de 01-08-16, referente ao 5ºquinquênio; SANDRA APARECIDA DE JESUS, Masp 1045367-8, 01 (um) mês, a partir de 08-08-16, referente ao 5ºquinquênio.

ELIZABETH APARECIDA FONSECA E CASTRO

20 860330 - 1

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretário: Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Expediente

DILMA DRUMOND DE OLIVEIRA FRANCO

Diretora de Recursos Humanos DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016, nos termos da Lei nº 14.184, de 31/01/2002 e da Resolução/SEPLAG nº 37/2005, em razão do pagamento irregular da Gratificação Risco de Contágio, no período de 01/01/2016 a 31/05/2016, ao servidor P.V.F, Masp 891804-7, em razão do término de sua disposição à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, em 31/12/2015.

20 860242 - 1

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DIRETORIA CENTRAL DE CONTAGEM DE TEMPO E APOSENTADORIA

DIRETORIA: MARILÚCIA MARTINS CALÇADO

A Diretoria Central de Contagem de Tempo e Aposentadoria no uso de suas atribuições comunica aos servidores abaixo relacionados identificados por MASP, NOME e LOTACAO, o despacho proferido em seus processos de revisão de proventos: MASP NOME LOTACAO DEFERIDO 00102917-2 – VILMA FONSECA – SEE

20 859995 - 1

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Conjunta SEPLAG/SEE N.º 9559, de 05 de julho de 2016, publicada no Órgão Oficial dos Poderes do Estado de 16 de julho de 2016, referente ao reposicionamento da servidora Patrícia Luciene Lima Filho, Masp. 8763047:

ONDE SE LÊ:

ANEXO II

(a que se refere o § 1º, inciso I, artigo 2º desta Resolução)

REPOSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PODER EXECUTIVO CONFORME CRITÉRIOS DESCRITOS NO ART. 4º DO DECRETO 45.274 DE 2009

CARREIRA DE ANE – ANALISTA EDUCACIONAL

SRE DE MANHUAÇU

| REPOSICIONAMENTO |       |      |             |
|------------------|-------|------|-------------|
| Carreira         | Nível | Grau | Data Início |
| ANE              | III   | C    | 30.06.2010  |

LEIA-SE:

ANEXO II

(a que se refere o § 1º, inciso I, artigo 2º desta Resolução)

REPOSICIONAMENTO EM CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO PODER EXECUTIVO CONFORME CRITÉRIOS DESCRITOS NO ART. 4º DO DECRETO 45.274 DE 2009

CARREIRA DE ANE – ANALISTA EDUCACIONAL

SRE DE MANHUAÇU

| REPOSICIONAMENTO |       |      |             |
|------------------|-------|------|-------------|
| Carreira         | Nível | Grau | Data Início |
| ANE              | II    | C    | 30.06.2010  |

20 859922 - 1

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso da competência delegada pelo inciso IV, do artigo 1º, do Decreto 45.600, de 12 de maio de 2011, e nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei 869, de 5 de julho de 1952 e artigo 3º da Lei 18.974, de 29 de junho de 2010, coloca BEATRICE CORREA DE OLIVEIRA, MASP 752.955-5, EPPGG, à disposição da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário-SEDA, com ônus para o órgão de origem, de 18/07/2016 a 31/12/2016, para regularizar situação funcional.

Declara extinta, a partir de 18/07/2016, a disposição em prorrogação, com ônus para o órgão de origem, da servidora BEATRICE CORREA DE OLIVEIRA, MASP 752955-5,EPPGG, publicada em 09/01/2016, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania-SEDPAC.

WARLENE SALUM DRUMOND REZENDE

Subsecretária de Gestão de Pessoas

20 860287 - 1

EXTRATO DE PORTARIA/SEPLAG Nº 002/2016

Processo Administrativo Disciplinar

Processado: W.V.F., MASP 1.098.065-4, ocupante do cargo de médico perito.

Comissão Processante:

Presidente: Leandro do Carmo Santana

Membros: Érica Gonçalves Costa e Lucien Norman Lima Vilela Belo Horizonte, 18 de julho de 2016.

20 860323 - 1

MINAS GERAIS

Diário Oficial dos Poderes do Estado

Criado em 06/11/1891

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CASA CIVIL

E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

MARCO ANTONIO REZENDE TEIXEIRA

DIRETOR GERAL

EUGÊNIO FERRAZ

3237-3401

CHEFE DE GABINETE

PETRÔNIO SOUZA

3237-3411

DIRETOR DE NEGÓCIOS

TANCREDO ANTÔNIO NAVES

3237-3467

DIRETOR DE REDAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ARQUIVOS

HENRIQUE ANTÔNIO GODOY

3237-3509

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

ELIZABETH APARECIDA F. CASTRO

3237-3410

DIRETOR INDUSTRIAL

GUILHERME MACHADO SILVEIRA

3237-3407

EDIÇÃO DO NOTICIÁRIO

HENRIQUE ANTÔNIO GODOY

EDIÇÃO DOS CADERNOS

ROSANA VASCONCELLOS FORTES ARAÚJO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Avenida Augusto de Lima, 270

Telefone: (31) 3237-3400 – Fax: (31)3237-3471

Belo Horizonte, MG – CEP 30190-001

Endereço Para Correspondência

Rua Espírito Santo, 1040

CEP. 30160-031

Publicações: (31) 3237-3469 - (31) 3237-3513

Assinatura: (31) 3237-3477 - (31) 32373478

Central de Informações:(31) 3237-3560

Página eletrônica: www.iof.mg.gov.br